

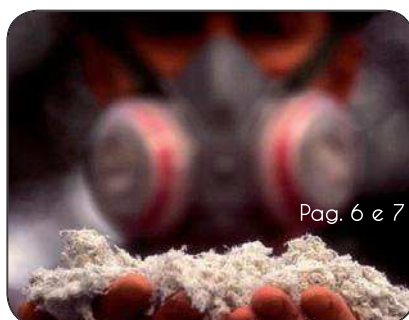
Local de Trabalho Saudável

Uma miragem? Uma luta constante!



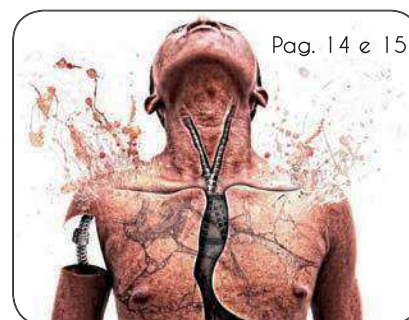
Pag. 4 e 5

Poeiras



Pag. 6 e 7

Sabem que o Amianto mata, mas...



Pag. 14 e 15

Máquinas e Equipamentos

Segurança e Saúde no Trabalho

A formação é uma prioridade



A formação em Segurança e Saúde no Trabalho é de capital importância para o desenvolvimento da prevenção dos riscos profissionais e da melhoria das condições de trabalho.

É a fonte certa e segura para capacitar os representantes dos trabalhadores a participar de forma mais activa no exercício das funções para que foram eleitos na empresa.

Tem um papel central na valorização dos conhecimentos dos trabalhadores e a sentirem-se mais capacitados a integrarem-se com convicção e firmeza nas medidas de prevenção, permitindo-lhes assumir comportamentos seguros face aos perigos e riscos nos locais de trabalho.

Apostar na formação em Segurança e Saúde no Trabalho

Perante a realidade dos perigos que espreitam os trabalhadores nos seus locais de trabalho e a necessidade de que comportamentos seguros cheguem a todos os trabalhadores, as empresas devem apostar na formação em segurança e saúde no trabalho.

Foi recentemente concluído em diferentes empresas dos nossos sectores de actividades, um estudo subordinado a vários aspectos da organização do trabalho.

Das conclusões, sobressaem que os impactos negativos para a segurança e saúde dos trabalhadores são devidos

a insuficientes medidas de prevenção dos riscos e a notória ausência de informação e formação na área da SST, demonstram que ainda há empresas no sector, com preocupantes atrasos nas respostas às obrigações legais e em alguns casos, clara irresponsabilidade nas políticas de gestão dos riscos e preconceitos em reconhecer os direitos à formação dos trabalhadores e seus representantes em matéria de segurança e saúde no trabalho.

O envolvimento de todos na formação é fundamental

Para maximizar os benefícios da formação em SST, é essencial envolver todos, os gestores, os trabalhadores e seus representantes. Todos os trabalhadores devem ter formação, isto é, nenhum trabalhador com contrato precário ou mesmo os que estão ao serviço de prestadores externos podem ficar excluídos das acções de formação, pois é importante que percebam os objectivos da formação e que sintam que os resultados a alcançar também são obra sua.

É fundamental a nossa intervenção, o nosso empenho e que continuemos a fazer um bom trabalho!

Que a formação seja o palco onde se dê voz a todos os trabalhadores e seus representantes, que seja os degraus para evoluir da teoria à prática como o caminho que contribua para a efectiva protecção da segurança e saúde dos trabalhadores nos locais de trabalho, em todas as empresas no nosso sector.

Editorial

Muitas empresas continuam a não cumprir com as suas obrigações no âmbito da SST.

A melhor forma de comemorarmos o dia 28 de Abril, homenageando as vítimas de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, é juntamente com os trabalhadores e os seus representantes, continuarmos a lutar nos nossos locais de trabalho por melhores condições de trabalho.

Termos locais de trabalho saudáveis e seguros é, e continuará a ser um dos grandes objectivos da Fiequimetal, é cada vez mais importante e necessário, continuarmos a dar formação, informação e sensibilizar os nossos representantes eleitos e os trabalhadores para todos em conjunto conseguirmos este objectivo.

Bom trabalho!



Acções de sensibilização e formação que realizamos entre 2010 e 2012

ANO PROJECTO	Nº ACÇÃO	Nº HORAS ACÇÃO	EMPRESA / TRABALHADORES	H.	M.	T.
2010	10	8 HORAS	642 TRABALHADORES			
	8	24 HORAS	55 EMPRESAS	117	15	132
	8	48 HORAS	56 EMPRESAS	114	25	139
2011	8	8 HORAS	556 TRABALHADORES			
	6	24 HORAS	42 EMPRESAS	84	20	104
	6	48 HORAS	52 EMPRESAS	94	21	115
2012	7	8 HORAS	570 TRABALHADORES			
	7	24 HORAS	49 EMPRESAS	113	13	126
	7	48 HORAS	46 EMPRESAS	91	28	119
TOTAL 2010/2012	25	8 HORAS	1768 TRABALHADORES			
	21	24 HORAS	146 EMPRESAS	314	48	362
	21	48 HORAS	154 EMPRESAS	299	74	373

28 de abril Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho

É comemorado desde 2001, em todo o mundo, como Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho. Esta comemoração tem como objectivo homenagear as vítimas de acidentes de trabalho e de doenças profissionais e promover a prevenção dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais à escala global. Em Portugal, a A.R. através da Resolução nº 44/2001, de 7 de Junho, instituiu o dia 28 de Abril como Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho, tendo sido o 4º país europeu a consagrar esta data como Dia Nacional.

Em 2013, a ACT definiu as doenças profissionais como tema para as comemorações do 28 de Abril.

As doenças profissionais continuam a ser, a nível mundial, a causa principal das mortes relacionadas com o trabalho.

De acordo com estimativas da OIT, dos 2 milhões e 34 mil mortos que ocorrem todos os anos, apenas 32 mil se devem a acidentes de trabalho, sendo que os restantes 2 milhões e 2 mil mortos devem-se a doenças profissionais ou relacionadas com o trabalho.

Em cada três minutos e meio morre uma pessoa na União Europeia por causas relacionadas com o trabalho. Em Portugal morre uma pessoa por dia de acidente ou doença profissional e são inúmeras as que ficam a sofrer de incapacidade ou doença profissional para o resto das suas vidas, o que traz graves consequências para as suas famílias e para a sociedade.

Em Portugal, os números mais recentes que facilitam termos uma visão mais próxima da realidade foram divulgados pela DGS.

Participação da suspeita de doença profissional.

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Fonte dos dados	(1)	(1)	(1)	(2)	(2)	(2)	(2)	(3)	(3)	(3)
Participações obrigatórias	4565	4552	4758	4113	4343	4719	5247	2451	2018	1769
Requerimentos iniciais	4386	4159	4336	4212	4534	4541	4727	3372	2424	2023

(1) Instituto de informática: Departamento de gestão da informação, MTSS 2008 in PNSOC;

(2) CNPCRP in Relatório Anual das Actividades de Inspeção do Trabalho 2010 da ACT

(3) Dados disponibilizados pelo Instituto de Solidariedade Social, IP.

Natureza da incapacidade e ano de certificação da doença profissional

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Doença Profissional Sem Incapacidade	2024	1910	1568	1348	1085	1029	1536	802
Doença Profissional Com Incapacidade Permanente Parcial	1677	1754	1827	1884	2006	1838	2225	1500
Total de Doenças Profissionais	3701	3664	3395	3232	3091	2867	3761	2302

Doenças profissionais mais frequentes

As lesões músculo esqueléticas são entre as doenças profissionais diagnosticadas (pela medicina do trabalho) e certificadas (pelo CNPCRP) as que mais têm aumentado nas empresas do sector e percentualmente as mulheres são as mais castigadas.

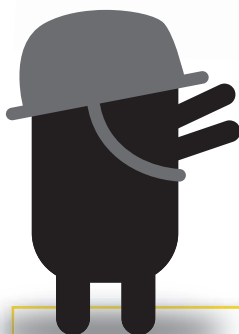
Já a surdez contraída por lesão irreversível é a doença resultante das condições de trabalho que está no top das doenças profissionais.

Reparação e reintegração

Todos os trabalhadores têm direito à reparação dos danos decorrentes das doenças profissionais. Na Lei 98/2009, constam os mecanismos que regulamentam a reparação, desde a assistência e tratamento médico, ao direito a subsídios e indemnização, bem como à readaptação, reclassificação e reabilitação profissional.

Participação dos trabalhadores

Porque são dados que evidenciam uma realidade inaceitável no mundo do trabalho, a Fiequimetal continua empenhada em fazer parte dos que na acção colectiva nas empresas, travam o combate sério e eficaz para que a informação, a formação, a sensibilização e a prevenção se constituam numa prioridade nos locais de trabalho, bem como um factor que acrescente dialogo e entendimento entre os trabalhadores, os seus representantes, os médicos do trabalho e os responsáveis pela gestão do risco profissional nas empresas para se definir as prioridades na avaliação dos riscos de doença ocupacional e implementar as adequadas medidas de prevenção com vista à melhoria contínua da protecção da saúde dos/as trabalhadores/as.



Edição do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho da Fiequimetal - Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacêuticas, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas – CGTP-IN

shst@fiequimetal.pt ❖ Rua dos Douradores, 160 - 1100-207 LISBOA ❖ Telefone: 218 818 547 ❖ Fax: 218 818 555
www.fiequimetal.pt ❖ Impressão: Tipografia Belgráfica ❖ Rua da Corça, Quinta de S. Pedro – 2860-051 Alhos Vedros
Depósito legal N.º 288990/09 ❖ Tiragem: 5000 exemplares

Poeiras

Nuno Peças
Sociólogo
Técnico Superior SHST



As poeiras continuam nos dias de hoje a representar um perigo de saúde laboral. Apesar das inúmeras formas de prevenção existentes continua-se a menosprezar o perigo das poeiras nos locais de trabalho.

Em algumas situações por incúria das empresas, em outros casos a falta de conhecimento de quem lida com as poeiras no local de trabalho, e o desconhecimento do real perigo para a saúde que apresentam tanto no presente como no futuro.

Podemos afirmar que os problemas respiratórios associados às poeiras impulsionaram os serviços médicos do trabalho em Portugal, em 1962, nas indústrias com risco de silicose, não fora a gravidade que as pneumatoses, e em particular a silicose, assumiam então em Portugal. Calculava-se na época em 75 mil o número de trabalhadores expostos ao risco de silicose. O rastreio radiofotográfico realizado pelos Serviços do Ministério da Saúde e Assistência, numa amostra de 54 minas, revelou que, "em 14835 mineiros, a percentagem de silicóticos oscilava entre 0,44 % e > 30 % do pessoal de cada uma".

A poeira é composta por partículas suspensas no ar, libertadas durante os processos de trituração, manuseio, pulverização ou decomposição de materiais sólidos, pedra, madeira, cortiça, plástico, borracha entre outros materiais.

Quando as poeiras são inaladas, as partículas maiores encontram algumas defesas naturais no nosso organismo mais precisamente no aparelho respiratório, algumas ficam retidas nos pêlos do nariz, no muco existente na traqueia, brônquios e nos bronquíolos. Não sendo utilizados EPI'S no manuseio de materiais susceptíveis de largar partículas é provável que as partículas menores atinjam as partes mais profundas dos pulmões e aí se alojem.

Existem certas partículas que se tornam muito perigosas quando aderem a algumas áreas do sistema respiratório, outras porém, tornam-se muito mais perigosas quando penetram nos alvéolos pulmonares, onde é feita a transferência de oxigénio. A inalação de poeiras pode apresentar um efeito imediato, como por exemplo, irritação no nariz e garganta, ou retardando o problema que surge pela persistência de inalar poeiras sem proteção, como no caso da silicose, pneumoconiose, em alguns casos com forte possibilidade de dar origem a problemas cancerígenos.

As principais doenças respiratórias causadas pelo trabalho são aquelas que afetam os brônquios e bronquíolos, tal como a asma relacionada a determinados trabalhadores e a bronquite crônica. As principais vítimas são trabalhadores de limpeza, da indústria de plásticos, química, farmacêutica, calçado, metalomecânica, eletrónica, pintores e trabalhadores expostos a poeiras da madeira e cortiça.

Fator fundamental para controlar o risco das poeiras é uma Análise de Riscos cuidada que envolva a empresa, os trabalhadores, os técnicos de SHST, e até mesmo em casos mais complicados os profissionais de saúde, enfermeiros e médicos do trabalho. Para além de adequar os EPI'S para o tipo de poeira que envolve a atividade laboral, é fundamental também direccionar os exames de saúde previstos e obrigatórios para as especificidades de locais de trabalho sujeitos a poeiras, exames de saúde específicos para conseguir controlar a evolução dos problemas pulmonares/respiratórios de forma séria e cuidada.

Sabemos, que em muitas empresas, estes cuidados não existem, o trabalhador deve exigir ao médico do trabalho da sua empresa, que sejam realizados exames específicos e suportados pela própria empresa, para possibilitar uma avaliação constante do seu estado de saúde.

O uso de equipamentos de proteção respiratória adequado pode prover uma defesa confiável contra a presença de partículas perigosas no ambiente de trabalho.

Os filtros mecânicos retêm as partículas presentes no ambiente de trabalho e são utilizados de acordo com as características da poeira. Estes filtros têm a capacidade de promover uma considerável protecção, mas o uso não é recomendado nas seguintes situações: na presença de gases tóxicos; nos ambientes deficientes de oxigênio; quando a atmosfera no ambiente for desconhecida.

Os filtros de alta eficiência são os que promovem a melhor protecção, para que o respirador/filtro possa oferecer a melhor defesa é necessário que esteja em perfeita condição de funcionamento; deve-se ter em consideração a validade do filtro e ver se este se ajusta adequadamente ao rosto do usuário, confortável para as horas necessárias de uso.





A higiene pessoal constitui um aspeto muito importante para a redução da exposição a poeiras. As partículas podem transferir-se das mãos para os cigarros ou para os alimentos e assim, penetrarem no organismo.




Os trabalhadores devem lavar bem as mãos antes de fumar, comer ou beber. Não se deve consumir nenhum tipo de alimento em qualquer área onde haja a presença de poeira perigosa.

Para afastar-se dos efeitos nefastos das poeiras é indispensável que o trabalhador conheça os materiais com que trabalha, bem como a maneira como os vai utilizar, e onde vão ser utilizados.



Apresentamos quadros de adequação de filtro aos vários perigos que possam surgir no dia-a-dia. No entanto, o trabalhador deve recorrer a ajuda profissional para adequar os EPI'S ao seu trabalho.

Carta de utilização dos filtros		
Filtração para gases e vapores	Código cor	Tipos de Protecção
Tipo A		Contra os gases e vapores orgânicos cujo nível de concentração é > a 65°C (solventes e hidrocarbonetos).
Tipo B		Contra os gases e vapores não orgânicos salvo óxido de carbono.
Tipo E		Contra o dióxido de enxofre e determinados gases e vapores ácidos.
Tipo K		Contra o amoníaco e determinados derivados aminados.

Filtros para poeiras e aerossóis		
Tipo	Código cor	Protecção
P1		Para proteger o utilizador contra as partículas sólidas grossas sem toxicidade específica (carbonato de cálcio).
P2		Contra os aerossóis sólidos e/ou líquidos, indicados como perigosos ou irritantes (silício, carbonato de sódio).
P3		Contra os aerossóis sólidos e/ou líquidos tóxicos (berílio - partículas radioativas).

Classe de absorção dos filtros para gases e vapores	
Classe 1	Filtro de baixa capacidade (concentração em poluente < a 0,1% ou 1000 ppm).
Classe 2	Filtro de capacidade média (concentração em poluente < a 0,5% ou 5000 ppm).
Classe 3	Filtro de alta capacidade (concentração em poluente < a 0,1%).
ppm	Concentração em partes por milhão.



Disponível no nosso site: www.fiequimetal.pt

Sabem que o Amianto mata, mas...

O amianto, também conhecido como asbesto, é uma designação comercial genérica para a variedade fibrosa de sais minerais metamórficos de ocorrência natural e utilizados em vários produtos comerciais. Estes materiais são constituídos por feixes de fibras extremamente finas e longas, facilmente separáveis umas das outras, com tendência a produzir um pó de partículas muito pequenas que flutuam no ar e aderem às roupas.

Quase todos, já estivemos esporadicamente expostos ao amianto e não adoecemos em consequência dessa exposição. As situações problemáticas são aquelas em que estamos regularmente expostos, seja na nossa casa, no nosso posto de trabalho, contactando com este material, directamente ou através da atmosfera ambiental.

A principal via de entrada do amianto é a via aérea. As fibras de amianto, devido às suas características aerodinâmicas, pequena dimensão e forma alongada, podem ficar suspensas no ar o tempo suficiente para representarem um perigo respiratório. Além disso, podem aderir à roupa e à pele e desprender-se posteriormente, com o consequente risco de inalação.

A exposição ao amianto pode causar três tipos de doenças irreversíveis:

- **Cancro do pulmão:** é a principal causa de morte relacionada com trabalhadores expostos ao amianto. Todas as fibras de amianto podem causar cancro, embora o amianto azul seja o mais cancerígeno de todos. O cancro do pulmão é uma doença com um longo tempo de latência (período que a doença leva a manifestar-se), muitas vezes de 15 a 30 anos. As manifestações clínicas de cancro do pulmão incluem perda de apetite e de peso, fadiga, dor no peito, expectoração com sangue e falta de ar.
- **Mesotelioma maligno:** é um cancro do revestimento mesotelial (pleura) do pulmão. Geralmente ocorre em pessoas que foram expostas ao amianto no local de trabalho pelo menos 30 anos antes, mas às vezes desenvolve-se em pessoas com exposições mais curtas.
- **Asbestose:** doença pulmonar crónica. As fibras penetram nos pulmões e irritam o tecido pulmonar, inflamando-o, causando, ao cabo de alguns anos, uma fibrose pulmonar (espessamento e cicatrização do tecido pulmonar). Pode decorrer um longo tempo (20 anos ou mais) entre a exposição a fibras de amianto e a manifestação da doença. O principal sintoma é a dificuldade respiratória, a qual piora à medida que a doença progride. Também pode produzir uma tosse seca e uma sensação de pressão no peito.

Tendo sido usado como um elemento de construção durante mais de 100 anos, muitos edifícios e instalações apresentam materiais que contêm amianto.

São inúmeras as aplicações do amianto, como:

- Telhas de fibrocimento (cerca de 85% do consumo mundial);
- Revestimento, tubagens e coberturas de edifícios;
- Gessos e estuques;
- Isolamentos térmicos e acústicos;
- Revestimentos à prova de fogo;
- Vestuários de protecção à prova de fogo;
- Revestimentos de travões e embraiagens de automóveis.

Deste modo, nas actividades susceptíveis de apresentar risco de exposição a poeiras de amianto ou de materiais que contenham amianto, o empregador deve avaliar o risco para a segurança e saúde dos trabalhadores, determinando a natureza, o grau e o tempo de exposição (art.º 6.º do Dec.-Lei n.º 266/2007, de 24 de julho).

Os trabalhadores cuja profissão implica a exposição ao amianto, devem usar sempre equipamentos de protecção individual (EPI).

Uma inspecção às instalações, por um profissional poderá revelar com segurança a presença ou não de amianto. Se existir um material suspeito e para qual não exista qualquer informação, a única maneira de garantir se contém ou não amianto é através da realização de análises num laboratório homologado.

Existem distintos meios para a realização de estudos relativos à presença de amianto. No caso de um edifício em uso, dever-se-á proceder a uma inspecção orientada para os riscos da presença de amianto. Tratando-se de uma demolição ou reabilitação, dever-se-á realizar uma inspecção completa.

As empresas que se dedicam a realizar estudos sobre a presença de amianto devem estar acreditadas para esse efeito.

A aprovação do plano de trabalhos e o reconhecimento das competências para os realizar a que se refere o art.º 11.º do Dec.-Lei n.º 266/2007, de 24 de julho, é efectuada por meio de autorização, mediante requerimento entregue na Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), pelo menos, 30 dias antes do início da actividade.

A empresa que irá executar a obra deve estabelecer um plano de trabalho que previamente deverá ser submetido à aprovação da delegação da ACT da localidade, em que tais actividades serão conduzidas. O plano de trabalho deve especificar o método de remoção, as medidas de segurança e higiene do trabalho aplicáveis e as aptidões e competências do pessoal envolvido.

A ACT emite documento de autorização contendo a identificação do requerente e dos trabalhos a realizar, as eventuais condicionantes da sua atribuição, bem como a delimitação temporal da sua validade.

O titular da autorização deve afixar cópia do documento de autorização no local da realização dos trabalhos, de forma bem visível.

Também de acordo com o art.º 19.º do mesmo Dec.-Lei e sem prejuízo das obrigações gerais em matéria de saúde no trabalho, o empregador deve assegurar a vigilância adequada da saúde dos trabalhadores em relação aos quais o resultado da avaliação revela a existência de riscos, através de exames de saúde, devendo em qualquer caso o exame de admissão ser realizado antes da exposição aos riscos.

Esta vigilância da saúde deve permitir a aplicação dos princípios e práticas da medicina do trabalho de acordo com os conhecimentos mais recentes, ser baseada no conhecimento das condições ou circunstâncias em que cada trabalhador foi ou possa estar sujeito à exposição ao risco e incluir no mínimo os seguintes procedimentos:

- Registo da história clínica e profissional de cada trabalhador;
- Avaliação individual do seu estado de saúde, que inclui um exame específico ao tórax;
- Exames da função respiratória, nomeadamente a espirometria e a curva de débito-volume.

O médico do trabalho, responsável pela vigilância da saúde do trabalhador deve requerer, se necessário, a realização de exames complementares específicos, designadamente análise citológica da saliva, radiografia do tórax, tomografia computadorizada ou outro exame pertinente em face dos conhecimentos mais recentes da medicina do trabalho.

Em resultado da vigilância da saúde, o médico do trabalho:

- a) Informa o trabalhador em causa do resultado;
- b) Dá indicações sobre a eventual necessidade de continuar a vigilância de saúde depois de terminada a exposição;



c) Comunica ao empregador o resultado da vigilância da saúde com interesse para a prevenção de riscos, sem prejuízo do sigilo profissional a que se encontra vinculado.

Tendo em conta o resultado da vigilância da saúde e com base no parecer do médico do trabalho, o empregador deverá:

1. Repetir a avaliação dos riscos, a realizar nos termos do art. 6.º do Dec.-Lei n.º 266/2007, de 24 de Julho;
2. Adotar eventuais medidas individuais de protecção ou de prevenção e atribuir, se necessário, ao trabalhador em causa outra tarefa compatível em que não haja risco de exposição;
3. Promover a vigilância contínua da saúde do trabalhador;
4. Assegurar a qualquer trabalhador que tenha estado exposto a poeiras de amianto um exame de saúde, incluindo a realização de exames especiais.

O trabalhador tem acesso, a seu pedido, ao registo de saúde que lhe diga respeito.

Legislação Nacional (transposição das diretivas comunitárias sobre amianto para o direito interno)

- Dec.-Lei n.º 266/2007, de 24 de Jul., que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Mar., que altera a Directiva n.º 83/477/CEE, do Conselho, de 19 de Set., relativa à protecção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho.
- Dec.-Lei n.º 389/93, de 20 de Nov., que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 91/382/CEE, do Conselho, de 25 de Jun., que altera a Directiva n.º 83/477/CEE, do Conselho, de 19 de Set., relativa à protecção sanitária dos trabalhadores expostos ao amianto durante o trabalho. Altera o Dec.-Lei n.º 284/89, de 24 de Ago. (aprova o regime de protecção da saúde dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto nos locais de trabalho).
- Portaria n.º 1057/89, de 7 de Dez., que Regulamenta o Dec.-Lei n.º 284/89, de 24 de Ago., relativo ao regime de protecção da saúde dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto.
- Dec.-Lei n.º 284/89, de 24 de Ago., que aprova o regime de protecção da saúde dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto nos locais de trabalho.

Temos direitos, exigimos o seu cumprimento

A prevenção dos riscos profissionais deve ser planeada, organizada e desenvolvida com o objectivo de tornar os locais de trabalho seguros e saudáveis de forma a assegurar o bem estar físico e mental do/a trabalhador/a nas suas actividades laborais.

Para o efeito, todos os locais de trabalho, independentemente de serem do sector público, cooperativo, social ou privado têm que cumprir as normas de segurança e de saúde nos locais de trabalho.

São deveres que se enquadram nas obrigações gerais da entidade patronal previstas no regime jurídico da segurança e saúde no trabalho "Lei 102/2009, de 10 de Setembro e demais legislação específica aplicável em todas as empresas no nosso sector.

Com vista a dar-mos continuidade ao princípio de que a melhor forma de defender e fortalecer os direitos é conhecê-los e exercê-los vamos na presente edição abordar as prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho.

Prescrições Mínimas de SST

Portaria n.º 987/93, de 6 de Outubro

Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais de trabalho e regulamenta o Dec.-Lei 347 de 1 de Outubro.

A matéria regulamentada por esta portaria é vasta e prende-se com as condições no ambiente de trabalho, o que nos remete para uma abordagem selectiva a publicar neste e nos próprios números.

Ventilação

Os locais de trabalho fechados devem dispor de ar puro em quantidade suficiente (pelo menos, 30 m³ a 50 m³ por hora e por trabalhador) para as tarefas a executar, atendendo aos métodos de trabalho e ao esforço físico exigido.

O ar puro pode ser obtido por processos naturais ou artificiais, devendo os respetivos equipamentos ser mantidos em bom estado de funcionamento e dispor de controlo de deteção de avarias.





O funcionamento das instalações de ventilação e de ar condicionado não deve expor os trabalhadores a correntes de ar nocivas e deve assegurar a rápida eliminação da poluição do ar respirável.

Os níveis de concentração de substâncias nocivas existentes no ar dos locais de trabalho não podem ultrapassar os definidos em legislação específica (Lei 24/2012 e NP 1796:2007).

Sempre que possível a captação das substâncias aéreas nocivas deve ser realizada no seu ponto de origem (exaustor) ou obtida por outros meios desde que seguros e eficazes.

Temperatura e Humidade

A temperatura e a humidade dos locais de trabalho devem ser adequadas ao organismo humano, levando em conta o tipo e os métodos de trabalho e os condicionalismos físicos impostos aos trabalhadores.

Os postos de trabalho devem estar instalados em locais com isolamento térmico compatível com o tipo de actividade desenvolvida e o esforço físico exigido aos trabalhadores.

As janelas, as claraboias e as paredes envidraçadas não devem permitir uma excessiva exposição ao sol, tendo em conta o tipo de trabalho e a natureza do local de trabalho.

Sempre que necessário, devem ser colocados resguardos para proteger os trabalhadores contra radiações intensas de calor provocadas por tubagens, radiadores, sistemas de aquecimento ou quaisquer outras fontes nocivas de calor.

A temperatura e a humidade das salas de convívio destinadas ao pessoal, bem como das instalações sanitárias, cantinas e instalações de primeiros socorros, devem estar de acordo com os fins específicos desses locais.

Iluminação

Os locais de trabalho devem dispor, na medida do possível, de iluminação natural adequada e não devem constituir um factor de risco para os trabalhadores.

Nos locais de trabalho que não possam dispor de iluminação natural adequada deve existir iluminação artificial, complementar ou exclusiva, que garanta idênticas condições de segurança e de saúde aos trabalhadores.

Nos casos em que uma avaria da iluminação artificial possa expor os trabalhadores a riscos, deve existir iluminação alternativa de intensidade suficiente.

Nos locais em que a iluminação artificial produza o efeito estroboscópico, devem observar-se as disposições regulamentares aplicáveis.

Recomendações a seguir nas empresas

As prescrições atrás divulgadas só se traduzem em níveis satisfatórios de prevenção quando se alcançar eficiente protecção da segurança e saúde de todos/as trabalhadores/as.

Assim, tomando as prescrições como farol da prevenção, todas as empresas têm um caminho prioritário a percorrer: identificar - avaliar - controlar os riscos em todos os locais de trabalho.

Para esse fim, constitui uma obrigação das entidades patronais garantir a existência de serviços especializados com recurso a técnicos de segurança qualificados e médicos do trabalho que confirmem competência, responsabilidade e eficiência na prevenção dos riscos de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

Estas responsabilidades também recaem nos gestores e em toda a hierarquia no comando do trabalho nas empresas, sendo neste contexto importante que os/as trabalhadores/as e os seus representantes demonstrem comportamentos geradores de respeito e de reconhecimento de práticas adequadas face às medidas de prevenção.

Entrevista

Representantes dos trabalhadores para a área de SST eleitas na TESCO

Conversámos com a Fátima, a Emilia, a Silvia e a Sandra



Nos últimos meses avolumam-se sinais de descontentamento por parte dos/as trabalhadores/as da Tesco devido a problemas relacionados com diversos riscos em determinados locais de trabalho.

Daí a legítima intervenção destas representantes junto da hierarquia responsável pela gestão da prevenção dos riscos profissionais na Tesco, bem como também na procura do diálogo e cooperação com o técnico de segurança e o médico do trabalho, visando que, no desempenho de todos resultem boas práticas na prevenção dos riscos e animadores resultados para a protecção da segurança e saúde dos/as trabalhadores/as.

Quais são os problemas de segurança e saúde que mais se queixam os trabalhadores da Tesco?

Existem vários problemas por resolver, como a qualidade do ar, o ruído, a falta de insonorização, tarefas muito repetitivas, etc..

Por exemplo, em relação ao ruído temos muitas dúvidas que este problema esteja ser tratado da melhor maneira, quer a nível de medições nos sectores, quer no rigor da análise audiométrica, são dúvidas que nos levam a pensar, se de facto o ruído existente nos locais de trabalho está a ser medido por laboratórios reconhecidos para o efeito, e se as análises que nos são apresentadas correspondem a uma fiel leitura das perdas auditivas.

Empresa de componentes para automóveis

Vila Nova de Famalicão

Na Tesco procede-se de forma regular à identificação, avaliação e controlo dos riscos, os trabalhadores são informados e têm formação suficiente, que lhes permitam um envolvimento consciente nas medidas de prevenção?

Os responsáveis têm vindo a melhorar o trabalho nesta área, mesmo reconhecendo uma evolução por parte da empresa, consideramos que a informação e a formação proporcionada aos trabalhadores sobre a prevenção dos riscos não é a desejada.

E quando faltam conhecimentos e preparação aos trabalhadores para se cuidarem nas situações perigosas, sobram errados comportamentos, que por vezes podem resultar em acidentes com graves consequências.

O nosso esforço vai no sentido de conseguirmos um maior compromisso da parte da empresa para que haja mais e melhor informação, formação e formas próprias para preparar e motivar os trabalhadores a comportamentos seguros entre os quais o uso adequado dos meios de protecção (EPIs) que têm à disposição.

Na Tesco, as medidas de prevenção, são as indicadas para proteger a segurança e a saúde dos trabalhadores?

Houve alguns avanços, mas existe um enorme caminho a percorrer, não basta os gestores e técnicos afirmarem que estão preocupados com a prevenção dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, mas essas preocupações não passarem de boas intenções. É necessário e urgente dar resposta aos problemas levantados pelos trabalhadores e colocados pelos representantes, pois os riscos existem e os problemas não param de crescer.

O técnico de segurança e o médico do trabalho ao serviço da Tesco participam e assumem as suas responsabilidades profissionais e éticas em todas as fases do desenvolvimento da avaliação e controlo dos riscos?

O técnico mantém um desempenho positivo, o mesmo não se pode dizer do médico de trabalho da empresa, na medida em que é visível a sua falta de interesse em realizar exames periódicos de patologia clínica, microbiologia e rastreio de doenças do foro músculo-esqueléticas e cardiorrespiratórias.

Outra interrogação que fazemos ao trabalho do médico, o porquê de nunca ter dado ao responsável pela intervenção de primeiros socorros a listagem das doenças crónicas dos trabalhadores ?



A direcção da empresa cumpre as obrigações legais no que respeita às reuniões com as representantes dos trabalhadores, por ex. nas questões abordadas resulta claro entendimento para se cumprir por etapas o acordado, as atas retratam esse compromisso?

Quando temos reuniões com a direcção da empresa todas as questões que fazem parte da ordem de trabalhos são registadas em ata numerada sendo posteriormente assinada por todos os intervenientes e depois arquivada para registo e/ou consulta. Evidentemente que as questões abordadas nem sempre são resolvidas, mas fica de qualquer modo registado as posições de ambas as partes e a forma como cada uma entende suprir as lacunas e implementar melhorias nos métodos já existentes.

São conhecidas dificuldades no desempenho das funções dos representantes dos trabalhadores eleitos para SST, como é que as 4 representantes na Tesco têm ultrapassado essas barreiras?

Antes de aceitarmos esta tarefa sabíamos os obstáculos que tínhamos pela frente para conseguir melhorar eficazmente a qualidade dos postos de trabalho dos nossos colegas. Esforçamo-nos para termos mais conhecimentos, melhor formação (participámos recentemente numa acção de formação realizada pela Fiequimetal), tentamos obter todo o tipo de informação relacionada com regulamentos e regras constantes nos mais diversos manuais, protocolos e legislação, para podermos realizar melhor o nosso trabalho. É uma tarefa difícil, mas vale sempre a pena lutarmos por melhores condições de trabalho.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

COMUNICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A Lei 102/2009 de 10 de Setembro, que aprovou o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, bem como o Código do Trabalho (e outros diplomas legais) estabelecem a obrigatoriedade de, no âmbito da organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho, serem concretizadas diversas comunicações tendo em vista, desde logo, a prevenção de riscos profissionais. Pela importância que representam, podem destacar-se as seguintes:

Comunicação de admissão de trabalhador com contrato de duração determinada

Esta obrigação inclui ainda, os trabalhadores em regime de comissão de serviço e em cedência ocasional, nos termos dos arts. 161º e 288º do Código do Trabalho.

O artº 19º nº6 da Lei 102/2009 determina que o empregador deva comunicar a admissão de trabalhador com contrato de duração determinada (o que se reconduzirá às situações de contratação a termo e de trabalho temporário) aos serviços externos de segurança e saúde no trabalho e aos trabalhadores com funções específicas na área da segurança e saúde no trabalho [Técnicos de segurança no trabalho, médicos do trabalho, enfermeiros, representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho, representante do empregador (cfr. artº 77º da Lei 102/2009), trabalhador designado (cfr. artº 81º da Lei 102/2009), etc].

O objectivo desta norma é o de garantir que as actividades de prevenção possam considerar, desde logo, a inclusão, no seio organizacional, de trabalhadores que, em princípio, ali se manterão numa situação provisória ou precária. Efectivamente, a tendência natural, quando se trata de trabalhadores com tal vínculo contratual, é, muitas vezes, a de descurar os mais elementares deveres no domínio da segurança e saúde no trabalho, como sejam a formação, informação e consulta, por se entender (erradamente) que o “investimento” nestes domínios seria infrutífero.

Ora, devido ao seu vínculo precário, muitas vezes são precisamente estes trabalhadores que executam tarefas em condições deficitárias de segurança e saúde no trabalho em diversos postos, a elas se sujeitando por temer a perda do emprego. É, assim, essencial, um papel proactivo por parte, desde logo, dos representantes dos trabalhadores, no sentido de assegurar adequadas condições de segurança e saúde no trabalho aos trabalhadores com vínculo temporário.



Comunicação no âmbito do trabalho temporário

A opção por este esquema contratual exige uma série de comunicações no domínio da segurança e saúde no trabalho, como decorre do artº 186º do Código do Trabalho: antes da colocação do trabalhador temporário, a entidade utilizadora deve informar, por escrito, a empresa de trabalho temporário (ETT) sobre diversas matérias, entre as quais, o resultado da avaliação dos riscos para a segurança e saúde do trabalhador temporário inerentes ao posto de trabalho a que vai ser afecto.

A ETT, por sua vez, comunicará por escrito ao trabalhador temporário aquelas informações, antes que este seja colocado na entidade utilizadora. Uma vez concretizada a colocação deste trabalhador, a entidade utilizadora deve, no prazo de 5 dias úteis, informar deste início de actividade, os serviços de segurança e saúde no trabalho, os representantes dos trabalhadores neste domínio, a Comissão de Trabalhadores e os demais trabalhadores com funções específicas em matéria de segurança e saúde no trabalho.

O propósito de tais comunicações é o de garantir, ao trabalhador temporário, adequadas condições de segurança e saúde no trabalho e o mesmo nível de protecção que os demais trabalhadores da entidade utilizadora.

Irene Moura
Jurista, Especializada em
Direito do Trabalho



Uma vez que a trabalhadora comunique (por escrito) ao empregador a sua condição de grávida, puérpera ou lactante (cfr. artº 36º do Código do Trabalho), recai sobre o empregador a obrigatoriedade de levar a cabo as necessárias medidas para prevenir, de modo especial, a exposição daquela trabalhadora a riscos para a sua segurança e saúde.

Tais medidas preventivas serão, necessariamente, precedidas da adequada avaliação de riscos, devendo o resultado desta e daquelas ser transmitido (por escrito) à trabalhadora grávida, puérpera ou lactante.

Registo e Conservação de Documentos

São inúmeros os dados relativos à segurança e saúde que devem ser objecto de registo e conservação por parte do empregador, aqui se fazendo menção aos mais relevantes:

- Consultas, respectivas respostas e propostas dos trabalhadores (ou seus representantes) deverão ser objecto de registo em livro próprio: artº 18º nº6 da Lei 102/2009;
- Registo da avaliação de riscos aos postos de trabalho ocupados por trabalhadores nocturnos: artº 225º nº3 do Código do Trabalho;
- Registo e conservação (durante 5 anos) da documentação relativa às actividades principais dos serviços de segurança e saúde no trabalho: artº 98º nº5 da Lei 102/2009;
- Registo e conservação de documentos relativos à exposição a agentes biológicos, físicos e químicos que impliquem risco para o património genético: artº 46º da Lei 102/2009;
- Registo e conservação de documentos relativos à exposição a vibrações: arts 4º, 12º e 13º do Dec.-Lei 46/2006;
- Registo e conservação de documentos relativos à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos: arts 8º, 14º, 16º e 17º do Dec.-Lei 301/2000;
- Registo e conservação de documentos relativos à exposição ao ruído: arts 13º e 14º do Dec.-Lei 182/2006;
- Relatórios do resultado das verificações e ensaios aos equipamentos de trabalho: artº 7º do Dec.-Lei 50/2005.



Mais uma vez a luta e persistência dos representantes eleitos para a área de SST e do Sindicato deram resultados positivos.

Há muito que os representantes dos trabalhadores da Sojitz Beralit Tin&Wolfram (Minas da Panasqueira) pressionavam a empresa a tomar as medidas a que estavam obrigados, ou seja, da substituição das telhas que continham amianto, nos vários edifícios da empresa, o que veio a acontecer.

Uma grande vitória para a melhoria das condições de saúde dos trabalhadores.



Mais um exemplo, de que vale sempre a pena lutar e debater os problemas com os responsáveis através das reuniões mensais com a empresa, previstas na Lei 102/2009, e exercer as funções

para que foram eleitos, acontece nas empresas de elevadores, ThyssenKrupp Elevadores e da OTIS, onde os representantes eleitos para a área de SST, através da sua acção, com o apoio do sindicato e da federação têm conseguido melhorias muito positivas nas condições de segurança e saúde dos trabalhadores, especialmente no que concerne ao equipamento de trabalho e/ou de protecção individual (EPI).



MÁQUINAS e EQUIPAMENTOS

Nuno Peças Sociólogo, Técnico Superior SHST



As máquinas representam um perigo efectivo e são causa de inúmeros tipos de ferimentos, acidentes incapacitantes e mortes.

O Dec.-Lei n.º 103/2008, de 24 de Junho (máquinas anteriores a 1995 têm especificidades legislativas relativas à homologação e inspecção), estabelece as regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e respectivos acessórios. No espaço comunitário, a marcação CE nos produtos é a evidência dada pelo fabricante de que estão em conformidade com as disposições das directivas comunitárias que lhes são aplicáveis, conferindo-lhe a validação em termos de segurança, saúde e protecção do ambiente.

Uma Análise de Riscos efectiva após a instalação do equipamento efectuada por toda a equipa de trabalho e auditorias internas mensais/semestrais, são dissuasores e fundamentais para minimizar a perigosidade dos equipamentos.

Reportar qualquer tipo de anomalia, mesmo que pareça mínima, que ocorra durante o turno de trabalho ou na manutenção. Devem ser feitos por escrito (num documento apropriado ou numa folha de registos diária por equipamento, preenchida por todos os turnos de trabalho) para que não restem dúvidas sobre a sua participação e devem ser reportadas à manutenção e ao técnico de segurança para que seja feita uma análise da anomalia registada, e estudar as soluções em conjunto, esclarecendo o operador da conclusão relativamente à ocorrência detectada para evitar acidentes.

Devem ser seguidas as directrizes de operação, manutenção e preservação dos equipamentos assinaladas pelo fabricante no manual do equipamento. Todas as máquinas têm de obrigatoriamente possuir dispositivos, eléctricos, mecânicos ou outros, que impeçam o contacto directo entre operadores e os riscos inerentes à operação do equipamento (guardas de segurança), que actuem como uma barreira física entre os movimentos da máquina, as fontes de energia ou calor e outros perigos identificados.

As guardas não devem ser removidas em nenhum tipo de situação durante a operação do equipamento, a sua remoção ou o seu mau funcionamento devem impedir o funcionamento do equipamento fazendo-o parar imediatamente.

Travamento/lockout- uma das causas mais comuns de acidentes na operação de máquinas é a incapacidade de efectuar o travamento do equipamento correctamente.

O travamento das fontes de energia eléctricas, pneumáticas, hidráulicas e outras, é crítico para a segurança antes de começar as actividades de manutenção. As manutenções são uma fase delicada de intervenção nos equipamentos, em muitos casos é necessário desabilitar algumas seguranças para efectuar intervenções, uma regra fundamental para a manutenção de qualquer equipamento que represente o mínimo perigo é nunca estar sozinho durante a intervenção.

A par da manutenção os encravamentos dos equipamentos durante a operação são outro momento crítico na segurança das máquinas, em muitos casos os operadores de forma inata colocam o corpo, ou parte dele no interior dos equipamentos para desencravar o mesmo, desactivando em muitos casos os procedimentos obrigatórios de segurança para colocar o equipamento a funcionar o mais rápido possível. **Nunca desencrave o equipamento sem este estar em segurança**, chame um responsável da segurança para em conjunto acharem a forma mais segura para efectuar o desencravamento.

Os circuitos de paragem de emergência devem estar bem visíveis e assinalados em locais de acesso rápido de forma a parar o equipamento em caso de perigo eminente.

No topo dos problemas de saúde relacionados com as máquinas, está o ruído, este constitui um perigo real, que é tratado muitas vezes como um mal menor por parte das en-

tidades patronais, e por muitos operadores que imprudentemente não se protegem de forma eficaz dos problemas que o ruído provoca na sua saúde a curto e longo prazo, o ruído é responsável pela perda rápida da audição provocando (doença profissional) surdez, cumulativamente perda de qualidade de vida.

A análise de riscos por operação do equipamento tem de conter uma leitura dos valores do ruído (sonómetro) e das vibrações (acelerómetro). No caso das máquinas que transmitam vibrações aos operadores, é obrigatório a medição das vibrações que está contemplado na Directiva 2002/44/CE e transposta pelo Dec.-Lei 46/2006.

Essas leituras devem estar disponíveis para consulta dos trabalhadores. Se os valores da leitura ultrapassarem os VLE (valores limites de exposição), a intervenção tem de ser equacionada e o operador deve fazer parte da resolução do problema, a solução pode passar por encapsular a máquina, ou parte dela, ou em situações de limite e como último recurso a utilização de protecção dos ouvidos. As medições enquadram-se no âmbito do Dec.-Lei n.º 182/2006, de 6 de Set. "Avaliação da exposição dos trabalhadores ao ruído".

Da mesma forma que se tem de atuar perante o ruído/vibrações, se deve atuar relativamente às projeções de partículas, líquidos, poeiras, vapores ou gases.

Teste todos os dias os sistemas de segurança, se souber de alguma anomalia comunique-a ao responsável de segurança tantas vezes até o problema ser resolvido.



Com o Apoio



Visite o nosso site: www.fiequimetal.pt